

CURRÍCULO

LEONARDO RESENDE MARTINS

(1) DADOS PESSOAIS

Nome: Leonardo Resende Martins

Local de nascimento: Fortaleza/CE

(2) FORMAÇÃO ACADÊMICA

Bacharelado em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC) - 1999

Master em Gestão Integrada do Meio Ambiente pela Universidade de Pavia-Itália - 2004

MBA em Poder Judiciário pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) - 2006

Mestrado Profissional em Direito e Poder Judiciário pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) - 2022

(3) ATUAÇÃO PROFISSIONAL E DOCENTE

Oficial de Justiça Avaliador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) - 1996-2000

Procurador do Estado de Alagoas (PGE-AL) - 2000-2001

Professor do Centro Universitário Farias Brito (FB Uni) - 2000-2003/2017-2023

(4) ATUAÇÃO JURISDICIONAL

Juiz Federal desde 2001, aprovado no IV Concurso promovido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5), tendo atuado como

juiz substituto na 5ª Vara da Seção Judiciária do Ceará (2001-2004) e como titular na 1ª Vara da Seção Judiciária de Alagoas (2004-2009) e na 14ª Vara (2009-2015) e 6ª Vara da Seção Judiciária do Ceará (2015-2022)

Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5), promovido pelo critério do merecimento em 2022, membro da 6ª Turma e da 2ª Seção

Membro titular e Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL), no biênio 2006-2008

Membro substituto do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE), no biênio 2021-2022, designado para atuar como juiz auxiliar da propaganda eleitoral nas eleições de 2022

(5) FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS

Diretor do Foro da Seção Judiciária do Ceará, nos biênios 2011-2013 e 2013-2015

Juiz auxiliar da Presidência do TRF da 5ª Região (biênio 2015-2017), tendo, nessa condição, integrado diversas comissões regionais, como, por exemplo:

- Comissão de Segurança Permanente
- Comitê Gestor Regional para Implementação e Gestão da Política Nacional de Atenção Prioritária e Orçamentária do Primeiro Grau de Jurisdição (CG-PRIM)
- Comissão de Gestão Socioambiental
- Grupo de Trabalho do "Selo Justiça em Números 2016" (em que o TRF5 foi agraciado pelo CNJ com o Selo Diamante, premiação máxima)

Coordenador do Laboratório de Inovação da Seção Judiciária do Ceará (Inovajus) e membro da Rede de Inovação da 5ª Região (2021-2022)

Presidente do Comitê Gestor do Programa de Bolsas de Estudos Juíza Federal Débora Aguiar (2020-2022)

Membro do Comitê Regional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário da 5ª Região (desde 2021)

Membro da Comissão Permanente de Revisão e Atualização do Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal (2010-2022)

Membro da Comissão de reestruturação administrativa da Seção Judiciária do Ceará (2021)

Membro da Comissão de gestão de precatórios de Pernambuco (membro titular, 2016-2017) e do Ceará (membro substituto, de 2017-2022)

Membro da Comissão de Conflitos Fundiários do TRF5 (desde 2023)

Diretor do Gabinete da Revista do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (biênio 2023-2025)

Coordenador da Rede Regional de Inovação da 5ª Região (desde 2023)

(6) ATUAÇÃO COMO FORMADOR JUDICIAL

Coordenador do Núcleo da Escola de Magistratura Federal da 5ª Região (Esmafe) no Ceará (biênios 2017-2019 e 2019-2021)

Membro do Comitê Técnico de Aperfeiçoamento e de Pesquisa, Editoração e Intercâmbio (CTAP) no Conselho da Justiça Federal (desde 2020)

Formador judicial na Escola de Magistratura Federal da 5ª Região (Esmafe), tendo coordenado o Curso de Formação Inicial (CFI) para novos juizes federais da 5ª Região aprovados no XIII Concurso (2017) e coordenado módulos do CFI do XIV Concurso (2019), além de ter ministrado cursos para fins de vitaliciamento (2018 e 2020) e de aperfeiçoamento (2022)

Formador judicial da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), ministrando o módulo de Impactos das Decisões Judiciais em diversos cursos de formação inicial, desde 2018, atuando ainda como formador em cursos de especialização da ENFAM (Pós-Graduação em Direito Anticorrupção, em jan.-fev./2022, e Pós-Graduação em Jurisdição Inovadora, em jun./2022)

(7) PRÊMIOS E COMENDAS

1º lugar na Olimpíada Cearense de Química - 1994

1º lugar no VII Encontro de Iniciação à Docência da Universidade Federal do Ceará (UFC), com o trabalho "Novos Critérios para o Aperfeiçoamento da Seleção de Monitores" - 1998

2º lugar no Concurso de Monografias sobre "Princípios gerais de direito e dívida externa", promovido pela Associação dos Juizes Federais (AJUFE) - 2001

Menção Honrosa na 16ª edição do Prêmio Innovare pela prática "Passando o Martelo Adiante: Sucessão de Juizes em Litígios de Alta Complexidade e Gestão de Transição" - 2019

Medalha da Ordem do Mérito Naval, Grau de Comendador - 2023

(8) PUBLICAÇÕES

Aplicações do Legal Design na jurisdição. In BOCHENEK, Antônio César; HADDAD, Carlos Henrique Borlido; CANTUÁRIA, Elayne da Silva Ramos. Gestão, redes e design organizacional. Brasília: Enfam, 2022. p. 187-202.

Execução fiscal estrutural: o caso Urbana. In BOCHENEK, Antônio César (coord.). Demandas estruturais e litígios de alta complexidade: casos práticos analisados no mestrado da Enfam. Brasília: Enfam, 2022. p. 13-45.

O que o Judiciário aprendeu com a pandemia e o que ficará de bom (parte 1). Consultor jurídico, 2021, disponível em <https://www.conjur.com.br/2021-jan-10/segunda-leitura-judiciario-aprendeu-pandemia-ficara-bom-parte>

O que o Judiciário aprendeu com a pandemia e o que ficará de bom (parte 2). Consultor jurídico, 2021, disponível em <https://www.conjur.com.br/2021-jan-17/segunda-leitura-judiciario-aprendeu-pandemia-ficara-bom-parte>

Custas judiciais: quem paga a conta da Justiça? Consultor jurídico, 2021, disponível em <https://www.conjur.com.br/2021-jan-24/custas-judiciais-quem-paga-conta-justica>

O doce sabor da corrupção e o que se pode fazer para torná-lo amargo. Consultor jurídico, 2021, disponível em <https://www.conjur.com.br/2021-jan-31/segunda-leitura-doce-sabor-corrupcao-torna-lo-amargo>

Um Fórum Social para a Justiça Federal - Jornal O Povo - edição de 23.11.2012

A criação de uma cultura de conciliação nas ações possessórias - 5ª ed. - Revista Café & Justiça - 2012

Mandado de segurança contra ato jurisdicional nos JEFs -Boletim Informativo dos Juizados Especiais Federais JEF 5 Informa - Ano 2, n. 2 - 2010

Gestão ambiental no Poder Judiciário - Revista da ESMAFE - n. 19, vol. 1 - 2009

O caso dos "prefeitos itinerantes": da impossibilidade de transferência eleitoral dos ocupantes de cargos eletivos no curso do mandato - artigo publicado no sítio oficial da Seção Judiciária de Alagoas - 2008

Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP's - Revista da Seção Judiciária de Alagoas - n. 1, 2006

Constitucionalidade da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) - Revista da ESMAFE - n. 6 - 2004

Regime legal das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP's - Revista do Tribunal de Contas dos Municípios - 2002

O princípio constitucional da função social da propriedade e o Poder Judiciário - Revista do Instituto dos Magistrados do Ceará, edição n. 8 - 2001

Interpretação constitucional e imunidades tributárias - Revista da OAB Ceará - n. 6 - julho-dezembro/2001

Educação popular e a conscientização em direitos fundamentais - Revista Cearense Independente do Ministério Público - n. 6 - julho/2000

Operadores do direito e mudança social - Revista Themis - Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará - ESMEC - vol. 3, n. 1 - 2000